



## **PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORAS FAMILIARES NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM LOTES DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO DOS COCAIS – PI**

Maria da Conceição Sousa Santos<sup>1</sup>, Flávio Luiz Simões Crespo<sup>2</sup>, Maria de Fátima Vieira Crespo<sup>3</sup>

1 Núcleo de Estudos em Agroecologia e Agricultura Orgânica Cajuí/ Universidade Estadual do Piauí/ Campus de Parnaíba (mconceicaoassantos@hotmail.com).  
Parnaíba –PI -Brasil

2 Professor Mestre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí/ Campus Cocal (flavcrespo@hotmail.com)

3 Professora Mestre do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí/ Campus Ministro Reis Velloso (fatimavcrespo@hotmail.com)

**Recebido em: 20/02/2015 – Aprovado em: 10/03/2015 – Publicado em: 30/03/2015**

### **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo diagnosticar o papel desempenhado por agricultoras familiares em oito assentamentos distribuídos nos municípios de Batalha, Esperantina e Joaquim Pires, todos no Território dos Cocais Piauienses. O trabalho foi elaborado a partir de dados coletados por meio da aplicação de questionários a 103 trabalhadoras rurais no período de 22 de junho a 10 de setembro do ano de 2012. Procurou-se analisar o perfil das mulheres assentadas, o reconhecimento de seu trabalho nas mais variadas funções a qual lhes são designadas, dentre elas o trabalho doméstico, cuidado com a família, trabalho na roça, etc. Outras questões abordadas dizem respeito a sua participação nas tomadas de decisões no lote e na geração da renda familiar. Observou-se que a titulação dos lotes em três dos assentamentos está em nome das mulheres. Fez-se uso de pesquisa bibliográfica, a qual revela que as mulheres enfrentam uma tripla jornada de trabalho e mesmo assim é considerado como mera ajuda, isso porque nas áreas rurais a ideologia patriarcal ainda é muito forte e faz com que as próprias mulheres não valorizem seu trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Assentamentos da Reforma Agrária; Gênero

### **PARTICIPATION OF FAMILY FARMERS IN LOTS OF ACTIVITIES IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN THE TERRITORY OF COCAIS – PI**

#### **ABSTRACT**

This study aimed to diagnose the role of family farmers in eight settlements distributed in municipalities Batalha, Joaquim Pires and Esperantina, all in the

Territory of Cocais Piauí. The work was made from data collected through the use of questionnaires to 103 rural workers from 22 June to 10 September of 2012. We tried to analyze the profile of women seated, the recognition of its work on various functions which they are assigned, among them the housework, care of family, work in the fields, etc. Other issues addressed concerned their participation in decision-making in the lot and in the generation of family income. It was observed that the titration of the three batches of settlement is in the name of women. Made use of literature, which shows that women face a triple workday and still is considered a mere help, this because in rural areas the patriarchal ideology is still very strong and makes the women themselves do not value their work

**KEYWORDS:** Family Farming; Gender; Agrarian Reform Settlements.

## INTRODUÇÃO

Gênero foi um termo que surgiu no ano de 1970, a partir de algumas feministas americanas que acreditavam que a desigualdade existente na sociedade entre homens e mulheres baseava-se na diferença entre o sexo (OLIVEIRA, 2010). No Brasil a questão de gênero ganhou ênfase 10 anos depois, em 1980, em decorrência do fortalecimento dos movimentos feminista nacional (MELO & SABBATO, 2007). De acordo com OLIVEIRA (2010), gênero é um tema muito complexo, pois da a entender que “mexer” com ideias de uma sociedade, seu comportamento, valores, e relações entre si são considerados “naturais”.

Pesquisar as relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária, proporciona o conhecimento da realidade dos assentamentos não exclusivamente sob o aspecto econômico, mas as relações estabelecidas no cotidiano desses locais onde, além de estruturar as vidas existentes com referência ao trabalho e a produção agropecuária, também se dá a produção da intimidade e da configuração de papéis sociais (MORAIS & BARONE, 2009).

O trabalho da agricultora familiar é realizado de forma gratuita, pois as atividades que garantem a produção são de responsabilidade e obrigação dos homens, enquanto que as mulheres atuam apenas como ajudantes (MELO, 2002). O fato de as mulheres trabalharem sem cobrar nenhum tipo de remuneração faz com que o trabalho feminino não seja reconhecido (DURVAL & FERRANTE, 2010).

A invisibilidade do trabalho feminino no meio rural é notória, principalmente quando se leva em consideração o alto número de mulheres que trabalham sem remuneração. Desta forma, analisar e separar o trabalho no meio rural com remuneração das atividades de autoconsumo e do trabalho das mulheres sem remuneração e com menos horas de trabalho semanais encobre a lida feminina no Brasil (MELO & SABBATO, 2006).

De acordo com DURVAL & FERRANTE (2010), cerca de 40% das mulheres que trabalham nas atividades agrícolas não são reconhecidas como trabalhadoras, pois durante a semana elas se dedicam poucas horas nesse tipo de atividades (menos de 15 horas). Isso se deve principalmente porque o trabalho das mulheres não gera rendimento financeiro, suas atividades são consideradas apenas mais uma das funções que elas como mãe/esposa/dona de casa são designadas a realizar, sendo que é esse tipo de trabalho é considerado como “o” verdadeiro trabalho das mulheres nas áreas rurais.

Ainda existem situações que muitas mulheres não se reconhecem como trabalhadoras rurais, pois acreditam, levadas pelo fato de não receberem pelo que fazem, que os trabalhos desenvolvidos por elas é uma simples ajuda, o que reforça

a idéia da divisão sexual do trabalho, sendo, dessa forma, suas atividades descaracterizadas como trabalho e que valem menos que os trabalhos desenvolvidos por homens (OLIVEIRA, 2007).

Segundo SILVA & ROCHA (2010) no momento atual o maior desafio a ser vencido e superado são as desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho, pois as mulheres exercem um importante papel na agricultura familiar. São elas que trabalham em diferentes funções, agregando valor ao seu trabalho que se evidencia quando se leva em consideração sua jornada de trabalho, que é maior do que a dos homens, sendo desenvolvida no contexto familiar e nas atividades na roça configurando uma tripla jornada de trabalho.

ALVES et al. (2012) verificaram que ao longo de todo o dia as mulheres desenvolvem atividades diversas que vai além do trabalho doméstico com o intuito de conseguir renda extra para a família, sendo que as mesmas não têm horário fixo para começar ou terminar ocorrendo de forma rotineira.

Todos os dias elas cumprem uma rotina de trabalhos que parecem nunca ter fim. Bem cedinho, antes mesmo de o sol nascer, buscam água para o consumo das famílias. Em seguida, preparam o café, arrumam a casa, regam a horta, lavam a roupas, tratam dos animais, colhem hortaliças para o almoço, preparam a comida que servem aos filhos menores em casa e levam para os maridos e os demais filhos que se encontram na roça, trabalham o período da tarde no roçado, onde desenvolvem as mesmas atividades que os homens. Além de fazerem tudo isso, o serviço de buscar lenha para cozinhar também fica a cargo delas (GALIZONI & RIBEIRO, 2001).

Uma das pautas de reivindicações dos movimentos de mulheres rurais é o acesso a terra e ao território, pois são requisitos básicos para que haja uma melhor e maior produção e reprodução das famílias. As mulheres rurais vêm alcançando grandes conquistas, umas delas foi a titulação do lote, que antes era destinado aos homens, apesar da Constituição Federal de 1988, dar o direito de a titulação ser em nome das mulheres e dos maridos, sua execução só veio se concretizar através da portaria do INCRA nº 981/2003 que tornou obrigatório a titulação ser em nome do casal (CITRÃO & SILIPRANDI, 2011).

Para tanto, objetivou-se com a realização deste trabalho diagnosticar o papel desempenhado por agricultoras familiares em oito assentamentos distribuídos nos municípios de Esperantina, Batalha e Joaquim Pires todos no Território dos Cocais Piauienses.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para a realização desse trabalho foram pesquisados livros e artigos científicos e aplicado questionário em que foram levantados os dados sobre nível de participação das mulheres em assentamentos, o que permitiu a análise quantitativa e qualitativa da titularidade efetiva dos lotes pelas mulheres, o papel da mulher nas atividades laborais e o sonho de futuro delas. Dados adicionais foram coletados com base em depoimentos das entrevistadas durante as visitas para aplicação dos questionários.

Foram aplicados 103 questionários a agricultoras familiares em oito assentamentos distribuídos nos municípios de Esperantina, Batalha e Joaquim Pires, localizados no Território dos Cocais Piauienses, no período de 22 de junho a 10 de setembro do ano de 2012.

Não foi estabelecido um número de questionário a serem aplicados em cada assentamento, pois cada um era composto por diferentes números de famílias,

portanto, aplicados questionários somente com as mulheres que se encontravam presentes durante a visita ao assentamento.

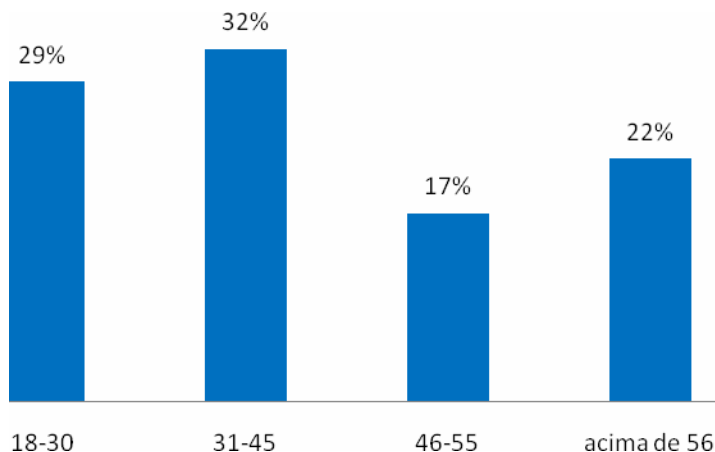
O Território dos Cocais Piauienses faz parte da divisão dos Estados da Nação em Territórios de Desenvolvimento (TD), utilizada pelo Ministério da Integração Nacional, leva em consideração as mesmas vocações produtivas e dinâmicas de desenvolvimento das regiões. A divisão em território de desenvolvimento aproxima os municípios sendo os que apresentam características semelhantes (infraestrutura, níveis de escolaridade, estágio produtivo, etc.) agrupados em conjuntos denominados aglomerados. Esse território é dividido em dois aglomerados com um total de 22 municípios, dentre eles Batalha, Esperantina e Joaquim Pires.

Em Batalha foram trabalhados dois assentamentos: Serra de Dentro e Congo, onde foram aplicados cinco e nove questionários, respectivamente. Em Esperantina foram trabalhados cinco assentamentos: Canto, onde foram aplicados 19 questionários; Palmeiras, sete questionários; Fortaleza, 14 questionários; Capitão de Campos, sete questionários e Beirute, 15 questionários. Em Joaquim Pires foram aplicados 26 questionários no assentamento Terra Santa.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Faixa Etária das assentadas

Das 103 mulheres entrevistadas, 78% encontram-se na faixa etária de 18 a 55 anos, ou seja, são economicamente ativas e aptas a desenvolverem suas atividades sem maiores dificuldades. Esses dados podem ser observados na Figura 1, onde mostra ainda que 22% delas estão acima dos 56 anos.



**FIGURA 1** – Faixa etária das mulheres nos assentamentos do Território dos Cocais - PI.

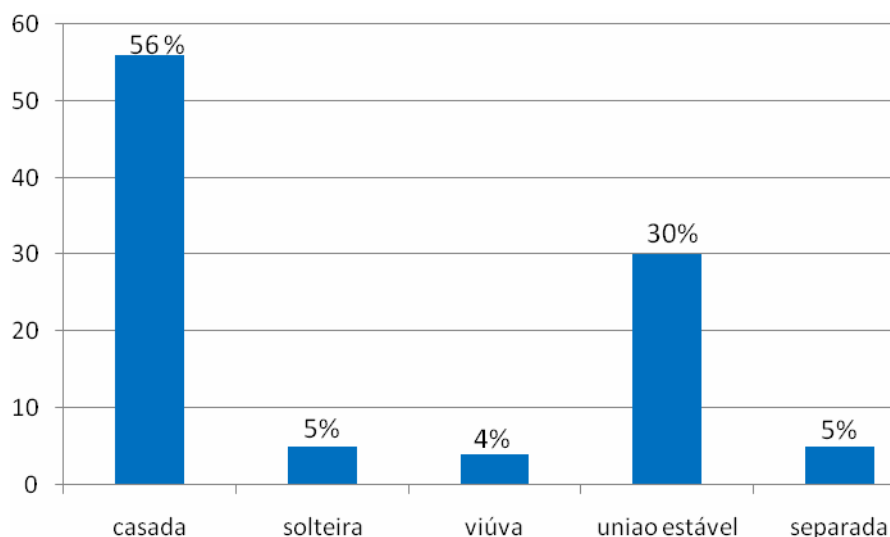
Esses dados assemelham-se aos encontrados por OLIVEIRA et al., (2005), onde 81% das mulheres entrevistadas tinham idades entre 20 à 49 anos e 19% tinham acima de 50 anos. De acordo com relatos feitos pelas entrevistadas que tinham mais de 56 anos, elas evitam fazer algumas atividades, aquelas consideradas mais pesadas, pois seus corpos já não têm mais a energia necessária, além de se sentirem cansadas devido ao esforço exigido nos trabalhos realizados ao longo de tantos anos.

ALVES et al., (2012) observaram que as atividades desenvolvidas pelas agricultoras familiares ocorrem de forma rotineira e sua duração é longa e o trabalho é dividido entre o que realizam na roça junto a seus maridos, nos cuidados com os

pequenos animais (galinha, porcos, etc), com o cuidado com a família e a realização dos trabalhos domésticos.

### Estado Civil das Mulheres

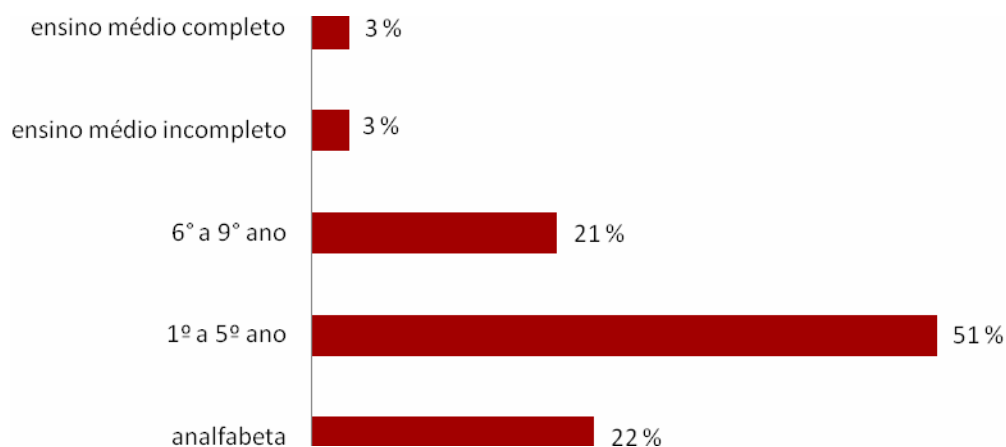
Com relação ao estado civil das mulheres nos assentamentos, os dados mostram que a grande maioria delas (86%) vivem com seus companheiros/maridos, sendo que 56% delas são legalmente casadas e 30% vivem em união estável (Figura 2).



**FIGURA 2** – Estado civil das mulheres nos assentamentos do Território dos Cocais - PI

### Nível de Escolaridade

Os dados obtidos revelaram que 22% das agricultoras familiares entrevistadas nos assentamentos não são alfabetizadas, os dados observados mostram ainda que 51% das mulheres que participaram da pesquisa estudaram até a 4º série (hoje correspondente ao 5º ano do ensino fundamental) (Figura 3), o que, segundo elas, não oferece grandes conhecimentos.



**FIGURA 3** – Nível de escolaridade das mulheres nos assentamentos do Território dos Cocais – PI

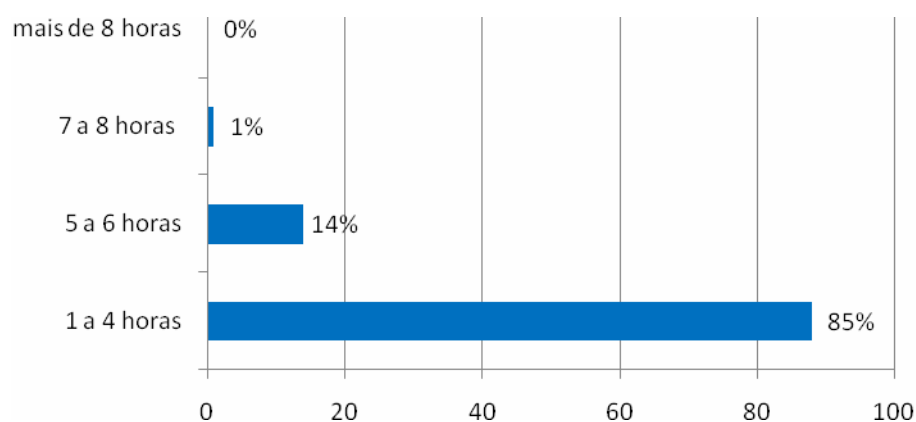
Os dados observados se devem a diversos fatores de acordo com relatos de algumas das assentadas, dentre eles: o grau de escolaridade oferecido nas escolas mais próximas aos assentamentos que só ensinam até a 4ª série (5º ano do ensino fundamental); a localização dessas escolas que são distantes dos assentamentos; casamentos precoces, o que faz com que as mulheres parem de estudar para cuidar da família, dentre outros. Estes dados corroboram com o trabalho realizado por HEREDIA & CITRÃO (2006) que observaram um índice de analfabetismo de 39% (homens e mulheres) na região nordeste em 2002.

As escolas de 6º a 9º ano do ensino fundamental e de ensino médio ficam distantes dos assentamentos, o que torna difícil o acesso para a maioria delas por não terem como se deslocarem e devido ao tempo que, segundo elas é pouco. De acordo com trabalho realizado por MELO & SABBATO (2007), 37% das mulheres rurais estudaram até a 4ª série (hoje correspondente ao 5º ano do ensino fundamental), provavelmente pelos mesmos motivos expostos acima.

OLIVEIRA et al., (2005) concluíram em seu trabalho que o baixo nível de escolaridade ocorre devido às péssimas condições para um bom desempenho educacional das agricultoras, e essas dificuldades dizem respeito a: falta de sistemas de creches na zona rural; prática do casamento precoce; dificuldade de se dirigir até a escola mais próxima; estrutura física precária das escolas rurais que muitas vezes funcionam em locais arranjados ou estruturas construídas para outros fins.

#### **Quantidade de horas diárias trabalhadas pelas mulheres**

Com relação à quantidade de horas trabalhadas diariamente, a pesquisa revelou que 85 % das entrevistadas trabalham, no máximo, quatro horas diárias (Figura 4), demonstrando desta forma que elas consideram como trabalho só aquelas atividades que realizam na roça. Os dados observados no presente trabalho corroboram com DURVAL & FERRANTE (2010), que observaram que cerca de 40% das mulheres que trabalham nas atividades agrícolas não são reconhecidas como trabalhadoras, pois durante a semana elas dedicam poucas horas a esse tipo de atividade (menos de 15 horas).



**FIGURA 4** – Quantidades de horas trabalhadas pelas mulheres nos assentamentos do Território dos Cocais - PI

O trabalho realizado por HEREDIA & CITRÃO (2006), onde concluíram que as mulheres rurais declararam ter uma jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais, apresentou dado semelhante ao observado no presente trabalho.

Durante a pesquisa algumas das agricultoras relataram que trabalham poucas horas porque tem que cuidar dos afazeres de casa, ou seja, elas contabilizam somente as horas que trabalham na roça, não considerando as outras atividades, principalmente as domésticas que tomam a maior parte do dia. Durante o dia elas têm que cuidar dos filhos, limpar a casa, lavar louças e roupas, preparar o almoço, cuidar dos pequenos animais como as galinhas e porcos. A maioria delas trabalham coletando, quebrando e torrando coco babaçu para extrair o azeite e comercializar, e assim obterem uma renda extra para ajudar nas despesas de casa.

De acordo com GALIZONI & RIBEIRO (2001), o trabalho realizado pelas mulheres rurais é uma lida sem fim. Começa diariamente bem cedinho, entre quatro e meia e cinco horas da manhã, buscando água para o consumo diário da família. Depois vêm os outros afazeres: fazer café, arrumar a casa, molhar a horta, lavar roupa, cuidar das criações pequenas, lavar as louças, fazer o almoço e levá-lo para o marido e filhos que saíram cedo para o trabalho da roça. Leva o almoço e fica para trabalhar a tarde toda na lavoura, enfrentado o mesmo serviço que os homens. É também a mulher que busca lenha para abastecer a família durante a semana.

Segundo SILVA & ROCHA (2010), as mulheres trabalham em diferentes funções, agregando valor ao seu trabalho que é facilmente notável quando levado em consideração sua jornada de trabalho, que é maior do que a dos homens, sendo desenvolvido no contexto familiar, cuidados com os filhos e nas atividades na roça, configurando desta forma uma tripla jornada de trabalho.

Segundo as agricultoras, o trabalho mais desgastante é o doméstico, pois é uma atividade que tem que ser realizada diariamente, não permitindo a elas nenhum dia de descanso, disseram ainda que participam de quase todas as etapas da produção agrícola e trabalham na coleta, quebra, torrefação e moagem do coco babaçu, para a retirada do azeite que comercializam para obter uma renda extra para ajudar nas despesas da família.

Os dados observados evidenciam que as próprias mulheres não enxergam todo seu trabalho, ou seja, elas mesmas julgam seu trabalho inferior ao realizado pelos homens, agravando assim a desvalorização do trabalho feminino. Esse fato corrobora com MELO & SABBATO (2006), que afirmam que o trabalho das mulheres nas áreas rurais é inferiorizado, principalmente porque vive-se em uma sociedade patriarcal e de dominação masculina e que essa ideologia se torna mais visível porque as mulheres acreditam que são os homens quem fazem enquanto que elas apenas participam, e isso faz com que elas não enxerguem a importância de seu trabalho.

### **O trabalho doméstico**

Os dados revelam que 76% das mulheres entrevistadas acreditam que o trabalho doméstico não deveria ser realizado somente por elas e gostariam que seus maridos colaborassem mais nos afazeres de casa. Como pode-se ver no relato de uma das assentadas: “As mulheres ajudam na roça, eles também tem que ajudar nos afazeres da casa”.

No entanto, 24% das entrevistadas acreditam que o trabalho doméstico é de responsabilidade exclusiva das mulheres. Esse dado pode evidenciar que elas chamam para si a responsabilidade total das atividades domésticas, contribuindo com a divisão de trabalho, pois para elas existem o trabalho dos homens e os

trabalhos das mulheres, como pode ser observado na ideia expressada: “O serviço da casa é das mulheres, não é trabalho do homem”.

Nesse sentido BARBOSA (2006), afirma que existe uma relação contrária nas atividades desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres nas áreas rurais, onde para as mulheres são designados trabalhos considerados leves devido a sua fragilidade, enquanto que para os homens são designados os trabalhos mais pesados, pois exige maior aplicação de força.

### **Participações das mulheres na tomadas de decisões e na renda familiar**

Das agricultoras entrevistadas, 83% disseram que participam das tomadas de decisões com relação às atividades da roça e a destinação da renda familiar. Contrariando os dados observados neste trabalho, DURVAL & FERRANTE (2010), afirmam que as mulheres não participam, via de regra, da tomada de decisões na administração e no planejamento do lote.

Não corroborando com MELO et al., (1996), ao afirmarem que o poder de decisão das mulheres é bem menor do que sua participação na produção, apesar do discurso de que “ambos decidem tudo”, “ambos trabalham”, é frequente a palavra final ser apenas do homem. Nesse sentido, BUTTO & HORA (2008) afirmam que o trabalho das mulheres é extremamente importante para geração da renda, mas as decisões quanto a definição da produção são preponderantemente tomadas pelos homens em quaisquer níveis de renda.

Segundo a maioria das agricultoras que participaram dessa pesquisa, a participação na tomada de decisão é limitada a hora da compra dos mantimentos básicos para o consumo da família, e o que sobra, e quando sobra, fica em poder do marido, pois eles acreditam ter esse direito por serem eles que trabalham para conseguir o sustento, não considerando o trabalho que as mulheres realizaram nas atividades geradoras dessa renda. No entanto, quando questionadas sobre suas participações na renda familiar os dados revelaram que 89% das mulheres desta pesquisa disseram participar da obtenção da renda de suas famílias. Além do trabalho na roça junto aos seus marido/companheiros, elas têm como principal atividade geradora de renda a extração do azeite do coco babaçu, e 71% são beneficiárias do programa do governo bolsa família.

### **Reconhecimento do trabalho das mulheres**

De acordo com a pesquisa 96% das entrevistadas acreditam que seu trabalho é reconhecido por seus companheiros/maridos. De acordo com GALIZONI & RIBEIRO (2001), há o reconhecimento do trabalho feminino, ou seja, o trabalho das mulheres na roça é aceito como trabalho; no entanto os homens avaliam o trabalho da mulher como auxiliar ao seu, não como trabalho independente.

As próprias agricultoras entrevistadas consideram seu trabalho como sendo apenas uma ajuda. Verifica-se isso no fato de 79% delas terem dito que trabalham quatro ou menos horas diárias, considerando apenas as horas gastas no trabalho da roça, menosprezando o tempo gasto nas outras atividades, principalmente a doméstica, pois esta atividade não lhe rende nenhum ganho financeiro.

Nesse sentido, OLIVEIRA (2007) afirma que muitas mulheres ainda não se reconhecem como trabalhadoras rurais por incorporarem a visão incorreta de que o trabalho feminino não remunerado se caracteriza como trabalho complementar ou ajuda, sendo descaracterizado como trabalho e não tendo o mesmo valor conferido ao trabalho masculino.



### Os maridos/companheiros conseguiriam realizar o trabalho sem sua ajuda?

Outra questão abordada com as mulheres foi se na concepção delas, seu companheiro/marido conseguiria sozinho, sem sua ajuda, realizar todo o trabalho da roça. Os dados mostram que 38 % delas acreditam que sim, enquanto a maioria (62%) não acreditam, pois tornaria um serviço muito “dispendioso” para eles.

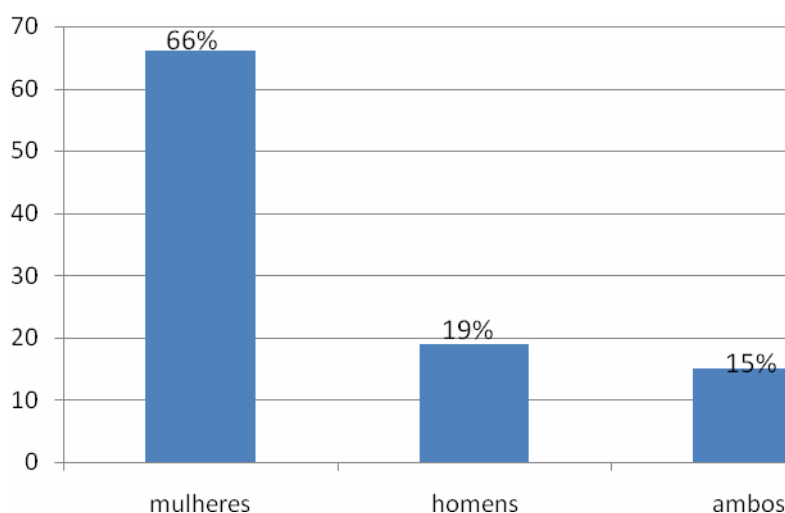
O trabalho não se limita apenas nos serviços da roça, e sim no contexto geral, ou seja, seria dificultoso para eles fazerem o trabalho doméstico, cuidar dos animais, cozinhar, lavar louça/roupa, ou seja, cuidar de todas as atividades de uma casa e do trabalho na roça.

### Titulações do lote

Com relação à titulação dos lotes, pode-se verificar que 71% dos lotes nos assentamentos estudados estão em nome das mulheres. Os dados observados contrapõem o CENSO DA REFORMA AGRÁRIA (1996) que mostrava que apenas 12% das mulheres beneficiárias da reforma agrária eram titulares da terra; bem como a pesquisa realizada pela FAO/Unicamp em 2002, onde se pôde verificar que 87% dos títulos das terras emitidos pelo Incra eram designados para os homens. MORAIS & BARONE (2009), em pesquisa realizada concluíram que o percentual de mulheres titulares no universo pesquisado era tímido, comparando-se ao referente a titulação dos homens, sendo 36% dos lotes com títulos em nome de mulheres. Ao desmembrar os dados acima e analisá-los por assentamento pesquisado, ressalta-se que em seis dos nove assentamentos os títulos dos lotes estão em nome de mulheres.

### Participação das mulheres nas reuniões

Os dados revelam que 66% dessas mulheres participam sozinhas das reuniões na associação do assentamento, segundo elas os maridos alegam que as reuniões são “chatas” (Figura 5).

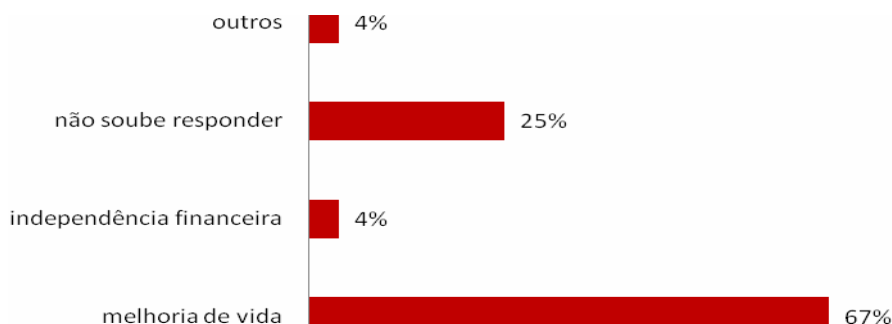


**FIGURA 5** – Participação das mulheres nas reuniões no Território dos Cocais-PI

Os dados ainda revelaram que 19% delas não participam das reuniões, sendo representadas pelos maridos e os 15% restantes participam das reuniões acompanhadas ou acompanhando seus maridos.

### Sonhos das mulheres

Outra questão abordada na pesquisa foi com relação aos sonhos de futuro dessas mulheres, das quais 67% responderam sonhar com a melhoria de vida para suas famílias e para todos no assentamento (Figura 6).



**FIGURA 6** – Sonhos de futuro das mulheres nos assentamentos do Território dos Cocais - PI

Conforme os relatos, melhoria de vida significa melhorias na infraestrutura dos assentamentos, como se pode perceber nos relatos de algumas delas: “Que venha projetos para o assentamento, água, energia e melhorias para o assentamento”. Percebeu-se também que muitas dessas mulheres não têm um sonho particular, elas pensam sempre na família, principalmente com relação a seus filhos, como se pode perceber nas palavras de uma delas: “Não pra mim, só para os filhos mesmo”.

Aproximadamente um quarto (25%) das mulheres entrevistadas, possivelmente devido à dureza da lida diária e às condições muitas vezes precárias em que vivem, afirmou não ter sonhos. Com relação a essa afirmação uma delas explicou dizendo: “Pessoas que vivem com tantos problemas pensa em coisas diferentes”. Percebe-se nesse relato que as dificuldades que existe nessas áreas tiraram delas a oportunidade de sonhar. Dentre as entrevistadas, 4% sonham em ter uma renda própria, como foi relatado por uma entrevistada: “Ter uma renda pessoal, para me manter sozinha sem depender do marido”.

### CONCLUSÕES

De acordo com os dados da pesquisa concluiu-se que:

As mulheres, mesmo com a idade avançada, não deixam de trabalhar;

O índice de analfabetismo é altíssimo, necessitando urgentemente de investimentos do governo e do INCRA para construções de escolas de qualidade dentro dos assentamentos;

As mulheres contabilizam só as horas gastas no trabalho da roça, menosprezando, desta forma, as horas gastas nas demais atividades;

As entrevistadas acreditam participar das decisões junto com seu marido/companheiro, e que seu trabalho é reconhecido por eles, no entanto, a

ideologia patriarcal ainda é muito forte o que faz com que elas continuem sendo subordinadas a eles;

Com relação à titulação, as mulheres vêm alcançando grandes conquistas, sendo que o nome delas vem sendo priorizado para titulação nos assentamentos recém-construídos;

O número de mulheres que não souberam citar um sonho particular seu e as que sonham em melhorias de vida revelou quão difícil é a realidade dessas mulheres nos assentamentos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S; SILVEIRA, I. T. LIMA, E. R; BARBOSA, J. P. **Divisão Sexual do Trabalho em Comunidades Rurais**. João Pessoa, 2012. 12 p.

BARBOSA, V.O. A Caminho dos Babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadoras rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, E. F; HERDIA, B; MENASHE. **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília - DF, 2006. 35-61 p.

BUTTO, A; HORA, K. E. R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A.L; BUTTO, A. **Mulher na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. MDA, Brasília, 2008. 20-35 p. Nead Debate:14.

CITRAO, R; SILIPRANDI, E. O Progresso das Mulheres Rurais. IN: BASTERD, L. L; PINTANGUY, J. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003- 2010**. Rio de Janeiro, 2011. 185- 227 p. CEPIA: Brasília.

DURVAL, H. C; FERRANTE, L. S. B. **Assentamentos Rurais no Circuito da Resistência: invertendo papeis?** Porto de Galinhas - BA, 2010. 19p.

GALIZONI, F. M; RIBEIRO, E. M. **Trabalho Feminino na agricultura Familiar do Alto Jequitinhonha**. Minas Gerais, 2001. 10 p.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. **Gênero e Acesso a Políticas Públicas no Meio Rural Brasileiro**. In: FUNDAÇÃO FORD/ CEPIA. **O Progresso das mulheres no Brasil**. Brasília, 2006. 104- 132 p.

MELO, A. **Injustiças de Gênero da Mulher na Agricultura Familiar**. Ouro Preto – MG, 2002, 14 p.

MELO, H. P; CAPPELLIN, P. CASTRO, E. G. de. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens, o caso do Pontal Paranapanema In: LOPES, A.L; BUTTO, A. **Mulher na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. MDA, Brasília, 1996. . Nead Debate:14. 81-147 p.

MELO, H. P. DE ; SABBATO, A. DI. **Gênero e Trabalho Rural 1993/2006**. Rio de janeiro, 2007. 89 p.

MELO, H. P. DE; SABBATO, A. DI. Mulheres Rurais- Invisíveis e Mal Remuneradas. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e**

**reforma agrária no MERCOSUL. Situação das Mulheres Trabalhadoras rurais e as Políticas Públicas no Brasil.** Brasília, Nead Debate, 2006. 47- 85 p.

MORAIS, A.P da S; BARONE, L. A. **Uma Questão de Gênero: o perfil e a trajetória de mulheres assentadas no Pontal de Paranapanema.** São Paulo, 2009. 14 p.

OLIVEIRA, M. L. **Feminismo, Gênero e Vida Cotidiana das Mulheres do Semi-árido Paraibano.** Paraíba, 2007. 14 p

OLIVEIRA, P. R. C de; LELIS, C. T; SILVA, K de A; VIEIRA, T. de B; LORETO, M. das D. S .de S. **Agricultura Familiar e as Relações de Gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar.** Apodi- RN, /2005/. 7 pg.

OLIVEIRA, M. R. do C. **“As Trabalhadoras Rurais Sem Terra e a Questão de Gênero no contexto da Luta pela Terra no Assentamento Nova Ipiranga”.** S.l. / 2010/. 9 p.

SILVA, S.H. da; ROCHA, S. D. **A divisão do Trabalho na agricultura Familiar na Amazônia: “o trabalho feminino na Amazônia”.** Amazônia, 2010.15 p.